

LEGITIMAÇÕES DINÁSTICAS E PRAGMATISMO DO DISCURSO PROVIDENCIALISTA. FERNÃO LOPES E ANTÓNIO VIEIRA

Ana Maria Ramalhete

A par das componentes social, política, militar e diplomática sobre as quais se constrói a legitimação do poder após momentos de ruptura, o discurso restructor de factos irá, talvez, fornecer a dimensão de segurança na inevitabilidade dos acontecimentos, a um projecto que corresponderia ao desejo e vontade de uma maioria. As dinastias de Avis e de Bragança teriam nos textos de Fernão Lopes e do Padre António Vieira a escrita construtora dessas novas realidades. A análise dos seus textos poderá fornecer elementos que contribuam para a caracterização do discurso de legitimação do poder.

A primeira necessidade, que ambos os autores sentem no seu relacionamento com os receptores, é o estabelecimento de uma base certificadora da verdade dos seus textos. Ambos irão invocar uma metodologia subjacente à sua escrita, acentuando a investigação de fontes fidedignas, o que parecerá tanto mais estranho quanto se nos apresenta um texto com um título como *História do Futuro*. No entanto, o Padre António Vieira iria precisamente apontar para possíveis erros a que as fontes podiam induzir, para apresentar a Bíblia como sua fundamentação obviamente irrefutável. Assim, esse título que aparenta referir um tempo adiado pretende de facto certificar realizações futuras na continuação de um passado próximo que se cumpriu como profetizado.

Por outro lado, a postura de ambos perante o trabalho realizado não mostrará ser a humildade característica primordial de nenhum deles. Pelo contrário, acentuam uma valorização do seu labor em relação a outros autores de quem se pretendem distanciar pela qualidade e verdade.

A apresentação da nova legitimidade terá necessariamente de passar pela ilegitimação do poder anteriormente instituído e, uma vez quebrada a sequência de sucessão ao poder, tornava-se indispensável criar o discurso da nova legitimidade, que passaria, nomeadamente, pela apresentação do povo português como novo povo eleito, pela construção da imagem do novo rei e pelo acerto entre a acção e o tempo, levando a alterações tão fulgurantes que se projectariam como novas visões do mundo.

Passemos ao tratamento destes pontos:

I. Ilegitimação do poder instituído.

Em primeiro lugar, a preocupação dos autores passa por uma ilegitimação daquele que é, em termos formais, o poder legítimo.

Fernão Lopes, que cria uma continuidade no discurso ao longo das suas crónicas, já na *Crónica de D. Pedro* estabelecera como fundamento do poder algo de tão pragmático como a punição dos "maus" e a "paz" para os "bons". Nesta perspectiva, não se cumprindo este pacto social, a ruptura daí resultante terá de pôr em causa o próprio poder. No caso de João de Castela, Fernão Lopes iria juntar o argumento legalista da entrada em Portugal em pé de guerra antes do tempo estipulado pelo tratado de casamento com D. Beatriz. A quebra da paz social, entrando no país, com forças que irão provocar o sofrimento na população, que o autor minuciosamente descreve, desde logo cria um distanciamento por essa figura do poder, surgindo simultaneamente, por oposição, a imagem positiva do Mestre de Avis, defensor do espaço português que nesse sistema se vai sacralizando e demarcando do castelhano.

Fernão Lopes vai habilmente desviar as atenções de D. Beatriz para culpabilizar o Rei de Castela, seu marido, escolhido como alvo preferencial juntamente com D. Leonor Teles, cuja imagem degradada já fora sendo fornecida. Às já mencionadas motivações de ilegitimidade juntava o autor, no plano religioso, o vínculo de Castela ao Cisma, enquanto Portugal defendia o justo posicionamento nesse conflito da Igreja. Vão-se progressivamente acumulando diferenciações de formas de pensamento e actuação entre Castela e Portugal, distanciadoras da

possibilidade de aceitação pelos portugueses desse "outro" representado por João de Castela.

Por seu lado, Vieira, na *História do Futuro*, expressava o afastamento dos portugueses do rei de Espanha, ao mesmo tempo que nomeava os elos entre um rei português e os portugueses. No estudo de João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa e a Restauração*, o autor trata, entre outros, o tema da tirania e a dominação filipina dentro da argumentação restauracionista.

II. Portugal, o povo eleito. A legitimação da ruptura dinástica pela reposição da ordem divina.

O processo de inscrição de comparações bíblicas e o cumprimento de profecias, no que pretende ser a história de Portugal, permite ir passando a imagem de continuidade do povo eleito para os portugueses, que adquirem uma função dentro do projecto divino de que o povo bíblico tinha sido o primeiro detentor e executor.

Fernão Lopes, quando após a batalha de Aljubarrota transcreve o que teria sido o sermão do franciscano Frei Pedro, apresenta-nos um discurso em que, através da comparação com casos bíblicos, se estabelecia que a presença da vontade de Deus em prol de Portugal não advinha apenas da realização de factos espantosos, como era o caso de batalhas vencidas apesar das desproporções numéricas, mas a sua certificação provinha da preexistência de profecias que assim se cumpriam, e que eram sintomáticas do olhar de Deus sobre o seu povo eleito. Deste modo se conferia à acção de D. João I uma irrefutável legalidade que serviria tanto perante os seus opositores internos como perante o exterior. Diz o autor:

[...] ja teemos vistas alguumas marauilhas das que Deus fez nos tempos passados com o poboo dos judeus ora vejamos nestes presemtes se obrou alguumas çerca de nos, que sejam marauilhas ante os nossos olhos [...] E nom soamente obrou marauilhas, mas assy como profecia, as prenosticou primeiro per boca dalguuns, sendo sinall do que auya de uijr. (1968:115-116)

Vieira, por seu lado, na *História do Futuro*, inscreve a existência de Portugal em determinante projecto onde a vitória em batalhas, desde Ourique a Ameixial (1982:127), eram por si demonstrativas da vontade divina. Definiam-se elementos de uma Guerra Santa em que Deus estaria do lado de Portugal. A criação desta certeza na época da Restauração adquiria expressão pragmática em diversos planos intro-

duzidos por Vieira: funcionaria como incitamento aos portugueses para a luta na convicção da vitória, forneceria aos países amigos a possibilidade de participar nessa qualidade em futuras glórias e perante os inimigos demonstraria ser má política, com perda assegurada, ou quanto muito derrota adiada, lutar contra os altos desígnios que teriam estabelecido a independência de Portugal.

Também nos sermões, a presença bíblica iria servir de exortação à luta, podendo os portugueses confiar em certezas proféticas estabelecidas através de um sistema comparativo entre exemplos retirado do Antigo Testamento e o caso português. No "Sermão dos Bons Anos de 1641" diz Vieira:

Quando Josué à entrada da Terra de Promissão venceu aquelas primeiras e milagrosas batalhas, mostrando os inimigos mortos aos soldados, lhes disse o que eu também digo a todos os portugueses: *Confortamini, et estote robusti, sic enim faciet Dominus cunctis hostibus vestris, adversum quos dimicatis*. Grande ânimo, valentes soldados, grande confiança, valorosos portugueses, que assim como vencestes felizmente estes inimigos, assim haveis de vencer todos os demais; que, como são vitórias dadas por Deus, este pouco sangue, que derramastes em fé de seu poderoso braço, é prognóstico certíssimo do muito que haveis de derramar vencedores: (1959:I,1,341)

Sem aprofundar a agudeza e engenho do discurso barroco de Vieira que António José Saraiva e Margarida Vieira Mendes trataram, note-se, entre os muitos artifícios da sua escrita, sequências em que o povo bíblico e o português aparecem quase indistintos. Ainda no mesmo sermão surge o exemplo português em paralelismo frásico, prensado entre exemplificações bíblicas acabando por deixar de se distinguir dele:

Que Pedro em poder de el-rei Herodes; que Portugal em poder não de um, senão de muitos reis que o dominavam, lhes houvesse de escapar das mãos tão facilmente! Que Pedro cercado de guardas: *Quatur quaternibus militum*; que Portugal, presidiado de infantaria em tantos castelos, em tantas fortalezas, sem se arrancar uma espada, sem se disparar um arcabuz, conseguisse em uma hora sua liberdade! Era empresa esta tão dificultosa, representava-se tão impossível ao discurso humano, que ainda agora parece que é sonho e ilusão: *Existimabat se visum videre*. Assim lhes aconteceu aos filhos de Israel, quando se viram livres do cativeiro de Babilónia: [...] (1959:I,1,321)

O texto, sempre entrecortado da comprovativa citação da irrefutável fonte bíblica, parece assegurar que o caso Português a ela pertencia.

III. A construção da imagem do rei.

A identificação da figura do poder nestes momentos de ruptura obedece necessariamente a diversas subtilizas.

Se por um lado se está perante uma quebra na continuidade do poder legalmente instituído, o facto é que se torna necessário apresentar a nova figura real não distanciada desse mesmo poder, mas antes como verdadeiro elo quebrado que se vai refundir. No caso do Mestre de Avis ao aceitar o desafio da morte do Conde de Andeiro, Fernão Lopes põe na boca de Álvaro Pais as palavras "—Ora vejo eu filho, senhor, a diferença que há dos filhos dos reis aos outros homens" (1981:96). E será invocando o nome de D. Pedro como pai de D. João que a população irá ser chamada a actuar em sua defesa. Tal como na conversa com a rainha posterior a essa morte, ela é por duas vezes instada a perdoar o Mestre com as palavras "mormente pois é filho de rei"(1981:112) e mais abaixo: "E pois vo-lo ele pede e é filho de rei."

Pretende-se, pois, estabelecer a linhagem do novo líder invocando a ligação com o rei sobre cujo reinado, em avaliação final, fora dito "E diziam as gentes que tais dez anos nunca houvera em Portugal como estes que reinara el-rei D. Pedro" (1977:168), ao mesmo tempo que se afastava o reinado de D. Fernando que à hora da morte fizera uma auto-avaliação negativa da sua governação.

António Vieira, na *História do Futuro*, vai invocar imagens do início da nacionalidade que pretende certificada pelo "miraculoso aparecimento de Cristo" (1982:114) a D. Afonso Henriques, e referindo essa comunicação, coloca em discurso directo a expressão da vontade de Deus que: "'pôs sobre vós e sobre vossa descendência os olhos de sua misericórdia até à décima sexta geração, na qual se atenuará a mesma descendência, mas nela atenuada tornará a pôr seus olhos'" (1982:114). E fazendo coincidir esta 16ª geração com D. Henrique, diz o autor: "Neste último rei se atenuou a descendência, porque, ainda que não quebrou de todo, ficou por um fio, e fio tão delgado e atenuado como era a única casa de Bragança, descendente do infante D. Duarte, irmão menor de D. Henrique" (1982:115). A governação dos Filipes surge então como processo de uma punição que tinha desde logo um tempo limitado, tal como acontecera com o povo bíblico nos cativos da Babilónia e Egipto, antes do retorno a uma normalidade preestabelecida.

A Restauração apresenta-se, assim, como prevista. E o Pe. António Vieira fará também o acerto do Rei, através da figura mediadora de informação profética representada por Bandarra "aquele oficial de

Trancoso, que sem saber ler nem escrever, fez escritos prodigiosos destas maravilhas; para que conhecesse outra vez Portugal que a Deus e não a outrem devia a restituição da coroa que havia sessenta anos lhe caíra da cabeça ou lhe fora arrancada dela." (1982: 67).

Por seu lado, Fernão Lopes vai criando ao longo das crónicas imagens que correspondem ao bom soberano, e simultaneamente processos de perda da legitimidade do poder, nomeadamente por um reinado de tirania, como é o caso de Pedro de Castela, e talvez da má gestão dos amores e da guerra, quando escreve sobre D. Fernando.

Tanto Fernão Lopes como António Vieira pretenderão, pois, desvanecer a ideia de ruptura, para estabelecer preferencialmente os vínculos de continuidade com uma legitimidade anterior e superior. Ambos os autores podem, assim, assegurar a legitimidade da mudança essencialmente baseada na insatisfação da população, e sempre coadjuvada pela vontade de Deus.

A preocupação com a construção de uma imagem limpa da nova figura de poder passa também por lhe retirar qualquer conotação de usurpação.

Fernão Lopes, na primeira parte da *Crónica de D. João*, após a morte do Conde de Andeiro pretendendo remover do Mestre de Avis qualquer suspeita de ter sido movido por ambição do poder, diz no capítulo 17:

Pois que os humanais feitos se julgam segundo a intenção e não segundo a obra que se deles segue, nenhum tenha sentido de pramar o Mestre vendo as cousas que se depois seguiram, dizendo que ele, com desordenada cobiça de reinar ou haver outro senhorio no reino e não por sua conta, se moveu a matar o conde João Fernandes. Ca sua vontade nunca esta foi, nem subiu em seu coração tal desejo; mas somente por usar de uma honrosa façanha, vingando a desonra de seu irmão, ante pôs sa vida e honra em grande aventura tremetendo-se de fazer tal obra, dispoendo de leixar o reino e o mestrado por esto, como de feito quisera fazer. (1981:118)

E ainda no capítulo 28:

[...] o Mestre quando tomou cárrago de regedor e defensor do reino, não embargando as razões que ouvistes que lhe dissera Frei João da Barroca, sua tenção porém não foi de reinar, mas por tal que sua fama crescesse de bem em melhor; desi doendo-se da terra dhu era natural, e havendo maviosa piedade do comum povo que o tanto aficava, tomou tal cárrago e não doutra guisa (1981:135)

Diz o Pe. António Vieira no "Sermão dos Bons Anos de 1641" sobre D. João IV "Rei não por ambição de reinar, senão por compaixão de libertar: rei verdadeiramente imitador do Rei dos reis, que sobre todos os títulos de grandeza estimou mais o nome de Libertador e Salvador." (1959:I,1,336)

Conjuntamente a construção legitimadora da imagem do soberano passa pela sua apresentação como figura messiânica, o salvador escolhido por Deus.

Fernão Lopes vai fornecendo elementos que dão a D. João uma aura especial desde a *Crónica de D. Pedro*. Talvez que a coincidência da hora do nascimento do futuro Rei com o da morte de Cristo não seja mero acaso, e o autor queira marcar o aparecimento desse salvador como novo messias. O cronista vai mencionar premonições de grandeza feitas a D. Pedro para um dos seus filhos Joões, colocando na boca do Rei as palavras "escolha Deus um deles" (1977:164), ao que se segue um imediato apontar para o Mestre de Avis, através do relato do sonho profético em que D. Pedro o vê apagar as chamas que invadiam o país.

Na *Crónica de D. João*, Fernão Lopes, que habilmente mostrara a já mencionada não apetência do Mestre de Avis pelo poder, pretendendo por isso partir para Inglaterra após a morte do Conde de Andeiro, vai indicando como motivação para a sua decisão de permanecer no país a cedência a diversos pedidos. Rogos do povo que o desejavam como seu defensor e do reino, razões de membros doutras classes sociais nomeadamente Rui Pereira e o "escudeiro fidalgo [...] Álvaro Vasques de Góis" (1981:124) que acentuavam poder ele cumprir-se como cavaleiro em Portugal, e finalmente, como argumento determinante, o cronista refere a consulta do Mestre a uma figura de linguagem profética, que surge na qualidade de enviado de Deus, Frei João da Barroca, e que o teria aconselhado: "que se não fosse do reino e começasse de seguir seu feito com ardido coração, ca a Deus prazia de ele ser rei e senhor dele, e seu filhos depós sua morte" (1981:128). Desde então a liderança de D. João representava-se como caminhada de vontade divina que o conduziria a si e seus descendentes à coroa.

Confere simultaneamente Fernão Lopes ao Mestre de Avis a imagem de protector e condutor de homens, nomeadamente no momento em que ele se ía deslocar para assistir às Cortes de Coimbra, e o autor descreve o sentimento de desamparo da população, que o pretende acompanhar, temendo ficar sem a sua presença perante os opositores. Usando de novo o recurso a comparação bíblica, o autor faz surgir D. João como o escolhido de Deus para atingir a terra prometida: "Es-

tonce partiu o Mestre com eles, assim como Moisés quando trouxe os filhos de Israel pelo deserto" (1981:433).

Por outro lado, no já referido sermão de Frei Pedro após a batalha de Aljubarrota, em que Fernão Lopes recolhe vários dados, que fora deixando ao longo do texto, premonitórios da tomada de poder pelo Mestre de Avis marcada pela vontade divina, acrescenta ainda alguns elementos para o seu reconhecimento através da revelação de Deus como fora o caso da voz do inocente que, de oito meses apenas, aclamara D. João. Diz Luís de Sousa Rebelo em *A Concepção do Poder em Fernão Lopes* que na *Crónica de D. João* o autor "entretetece o texto com elementos para-religiosos, numa reminiscência estilística ou analógica de certos passos bíblicos, em particular do Novo Testamento, que, por uma deslocação de sentido e um subtil processo de substituição, insinuem a identificação dele com Cristo, identificação essa que é criadora do mito" (1983:58).

Também o Padre António Vieira fomenta a imagem legitimada de um rei cuja existência se devia a vontade divina. No "Sermão das Exéquias de El-Rei D. João IV", diz:

Foi el-rei D. João um rei buscado e achado por Deus. Há reis que parece que os fez a fortuna a olhos fechados, sem buscar nem achar, senão acaso. Destes estão cheias as histórias como estiveram vazias as coroas. El-rei D. João não só foi buscado e achado, senão buscado e achado por Deus. (1959:V,15,304)

Na *História do Futuro* é igualmente acentuada essa intervenção da vontade de Deus como justificativa de rupturas dinásticas e criação de novas lideranças: "Deus é que dá e tira os reinos e os impérios, quando e a quem é servido" (1982:66).

IV. Dos tempos e da reconstrução dos tempos

Iniciemos algumas considerações sobre o tempo, referindo o que terá já ficado implícito nalgumas passagens, e que tem a ver com tempos de punição e tempos de salvação.

Fernão Lopes após o cerco de Lisboa iria reconstruir o sermão do franciscano, mestre Rodrigo de Sintra, apontando para uma representação dos sofrimentos que padecera a cidade como punição de Deus "por nossos pecados, Portugal contra Portugal peleja", (1981:369) no entanto, à imagem do que acontecera com outros casos bíblicos, a dado momento dera-se uma mudança na vontade divina, e considerara "Deus

de toda consolação, no consistório de sua sabedoria: tempo é que hajamos compaixão com a cidade atribulada, e não a leixemos mais padecer" (1981:370). Uma vez chegado esse tempo de libertação, e persistindo o Rei de Castela no cerco, seria ele o punido com a peste, como o fora o Faraó do Egipto com as diversas pragas por não ter libertado o povo de Israel quando da determinação divina.

Também António Vieira iria estabelecer para a governação espanhola um tempo limitado, tempo da punição marcado por Deus, mas desde logo com o tempo da Restauração previsto.

Se a utilização de profecias pode levar a uma sensação de diluição de tempos, há simultaneamente a necessidade de acentuar os acertos da personagem que iria ser o soberano, com a acção necessária para atingir esse fim, e o tempo da sua realização. Sendo na conjugação destes acertos que levavam à consumação que iria residir outro dos polos deste discurso.

Fernão Lopes acentua, nos capítulos que precedem a morte do Conde de Andeiro, os desacertos diversos, quer na escolha da pessoa, quer no momento certo para a sua realização, até chegar ao desencaixar da acção, pelo Mestre de Avis, em "tempo azado" (1981:90).

Na Restauração, a marcação temporal é acentuada pelo Padre António Vieira na *História do Futuro* invocando, como comprovação, São Bernardo, em carta escrita a D. Afonso Henriques, e Bandarra essencialmente pela citação dos versos:

'Já o tempo desejado
é chegado,
segundo firmal assenta.
Já se cerram os quarenta
desta era, que se ementa
por um Doutor já passado.
O rei novo é levantado,
já dá brado,' (1982:116,117)

Sem nos determos nas marcas apresentadas por Vieira passíveis de fornecer elementos sobre o seu pensamento em torno de uma história mítica de Portugal, apontemos apenas para a existência do país no decurso do tempo, e a sua projecção no futuro. Diz o autor, na *História do Futuro*, sobre a existência do: "reino de Portugal no tempo passado, no presente e no futuro, no passado o verá nascido, no presente ressuscitado e no futuro glorioso; e em todas estas três diferenças e estados lhe revelou sempre Deus[...]" (1982:66).

Em Vieira este projecto do futuro, o 5º Império, formulado com base tanto em profecias bíblicas como através de imagens fornecidas por Bandarra, poderá ser inscrito numa visão pragmática de incitamento à acção dos portugueses, num momento em que a Restauração necessitava ainda de se afirmar no plano militar contra Espanha, e, em geral, no plano diplomático. Em introdução à *História do Futuro* Maria Leonor Buescu, embora não em total concordância, refere o posicionamento de Raymond Cantel que acentua o teor pragmático desse escrito de António Vieira.

Para José van den Besselaar, tal como fica expresso na Introdução ao *Livro Antepreimeiro da História do Futuro*, a caminhada de Vieira passara por uma viragem fulcral após o encontro em 1648 "com Menasse-ben-Israel em Amsterdão, que dera uma dimensão mais ampla e mais profunda ao sebastianismo até então puramente nacional do jesuíta português" (1983:8).

A apropriação de um espaço global para a soberania portuguesa a alongar-se no tempo, em termos de poder, apenas sujeita à soberania da Igreja, representava uma consciencialização das alterações profundas resultantes da obra dos portugueses no mundo e da sua projecção, a que correspondia a noção de que, conhecimentos tão vastos tinham aberto lugar a uma nova organização mundial, de paz e concórdia que recuperava a imagem do Paraíso Terrestre. O homem poderia ter já no plano temporal o que até então a Igreja Católica apenas fornecia como merecimento no paraíso celeste.

Onde a utilização por ambos os autores de uma releitura dos tempos da história se diferenciava dos outros autores era precisamente pela capacidade de imaginar a realização terrestre de um tempo de perfeição. Também Fernão Lopes acentuara a temporalidade, quando, em análise das grandes mutações sociais ocorridas após a revolução de 1383-85, referia uma 7ª Idade. Escrevia o cronista depois de fazer referência às seis idades em que os autores tinham organizado os tempos do homem no mundo, baseando-se em marcações bíblicas:

Assim que doutra idade desta presente vida, nenhum se tremeteu de falar, salvo quanto alguns disseram que assim como Deus criara o mundo por espaço de seis dias, e no sétimo folgara, que assim a folgança das espirituais almas que no Paraíso haveriam, seria a sétima idade. Mas tais opiniões bem são d'enjeitar acerca dos entendidos; (1991:400)

e mais abaixo "Mas nós, [...] fazemos aqui a sétima idade, na qual se levantou outro mundo novo e outra geração de gentes"

Através destes pragmáticos discursos providencialistas, legitimadores das novas dinastias, conferia-se à acção portuguesa um impacto que ultrapassava os marcos da identificação nacional, conferindo a Portugal um culminar da acção de Cristo no mundo, e início da projecção no tempo de uma nova era de plenitude na terra para a humanidade.

Bibliografia

LOPES, Fernão. 1981 [1977] *História de uma Revolução*. Primeira parte da "Crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória". Publicações Europa-América.

LOPES, Fernão. 1968. *Cronica del Rei Dom Joham I de Boa Memória e dos Reis de Portugal o Décimo*. Parte Segunda. Lisboa: Imprensa Nacional.

LOPES, Fernão. 1977. *Crónica de D. Pedro*. Livros Horizonte.

MARQUES, João Francisco. 1989. *A Parenética Portuguesa e a Restauração*. 2 vols. Porto: INIC.

REBELO, Luís de Sousa Rebelo. 1983. *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*. Livros Horizonte.

VIEIRA, Padre António. 1982. *História do Futuro*. Int., act., notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional.

VIEIRA, Padre António. 1983. *Livro Anteprimeiro da História do Futuro*. Ed. Crít. José van den Besselaar. Lisboa: Biblioteca Nacional.

VIEIRA, Padre António. 1959. *Obras Completas do Padre António Vieira. Sermões*. V Vols., 15 Tomos. Porto: Lello e Irmão, Editores.